

Reforma administrativa entra em vigor hoje

Em sessão solene do Congresso Nacional, as Mesas da Câmara e do Senado promulgaram ontem a emenda que modifica as normas do serviço público, permitindo inclusive a demissão de servidores por insuficiência de desempenho ou excesso de quadros



O senador Antonio Carlos Magalhães afirmou, durante a sessão solene, que a emenda da reforma administrativa é um instrumento ágil e moderno

Entra em vigor hoje, com a publicação no *Diário Oficial*, a Emenda Constitucional nº 19 - a chamada "reforma administrativa" -, que modifica as normas sobre o serviço público. Atingindo 28 artigos da Constituição, a emenda estabelece, entre outras regras, um teto salarial para o funcionalismo e a possibilidade de demissão de servidores por insuficiência de desempenho ou excesso de quadros. Durante a sessão solene de promulgação, ontem, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, disse que o ato representava uma demonstração de que o Senado e a Câmara nunca produziram tanto. **Páginas 4 e 5**

Aprovada a limitação da imunidade

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, substitutivo do senador José Fogaça às propostas de emendas constitucionais restringindo a imunidade parlamentar. O texto mantém a imunidade de deputados e senadores, mas fixa o prazo de 120 dias para que o Senado ou a Câmara delibere sobre pedido para processar parlamentar, não havendo decisão nesse período, o Supremo Tribunal Federal estará autorizado a abrir o processo. A votação em segundo turno deve ocorrer dentro de duas semanas. **Página 3**



O plenário acolheu em primeiro turno, por unanimidade dos senadores presentes, o substitutivo de José Fogaça

Contribuição ao INSS poderá ser trimestral

O plenário aprovou projeto que permite a autônomos, pequenos empresários e empregadores domésticos o pagamento de suas obrigações com a Previdência a cada três meses. **Página 2**

Contribuições ao INSS poderão ser trimestrais

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei originário da Câmara dos Deputados que aumenta a periodicidade dos recolhimentos das contribuições previdenciárias ao INSS. Atualmente, o segurado que é empresário, trabalhador autônomo e os empregadores domésticos, cujo salá-

rio-contribuição não ultrapasse R\$ 206,37, precisam fazer os recolhimentos mensalmente. O projeto, que vai agora à sanção presidencial, permite que o recolhimento por estes contribuintes se faça trimestralmente.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA), relator da matéria no Senado, destacou em seu pare-

cer que a medida não implicará em qualquer ônus para o INSS, além de beneficiar cerca de quatro milhões de contribuintes de menor renda: "Estes contribuintes serão extremamente beneficiados, pois poderão despendermos esforços para efetuar seus recolhimentos, além de melhor distribuírem seus gastos".

Agenda

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (8.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (9.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Quarta-feira (10.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Quinta-feira (11.6.98)

Corpus Christi

Sexta-feira (12.6.98)

9h - Sessão não deliberativa

Segunda-feira (15.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (16.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão do primeiro turno das

"PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições

Constitucionais Transitorias artigo que regulariza a

situação funcional de servidores de empresas públicas

federais que há mais de dez anos prestam serviços

à administração direta; *PDL nº 115/97, que aprova

o ato que renova a concessão outorgada à Rádio

Maratã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão

sonora em onda média na cidade de Sant'Ana do

Livramento-RS; *PDL nº 117/97, que aprova o ato que

renova a concessão deferida à Rádio Guaíba S/A para

explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta

na cidade de Porto Alegre-RS; *PDL nº 118/97, que

aprova o ato que renova a concessão da Televisão

Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de

sons e imagens na Cidade de Vitória-ES; *PDL nº 119/

97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada

à L. A. Pereira e Oliveira Ltda.-ME, para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

na cidade de Santana do Livramento-RS; e *PDL nº

120/97, que aprova o ato que renova a concessão

deferida à Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista

Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em

onda tropical na cidade de Cachoeira Paulista-SP

Quarta-feira (17.6.98)

11h - Sessão especial destinada a prestar home-

nagens ao ex-ministro Sérgio Motta

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação, em primeiro turno, das "PECs nºs 23 e

39/96, que dispõem sobre a inelegibilidade; *Segundo

dia de discussão do primeiro turno das "PECs nºs 6 e

11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais

Transitorias artigo que regulariza a situação funcional

de servidores de empresas públicas federais que há

mais de dez anos prestam serviços à administração

direta; *PDL nº 122/97, que aprova o ato que renova a

concessão outorgada à Rádio Patriarca de Cassilândia

Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em

onda média na cidade de Cassilândia-MS; *PDL nº 123/

98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio

Emissora "ABC" Ltda., para explorar serviço de radio-

difusão sonora em onda média na cidade de Santo An-

dre-SP; *PDL nº 125/97, que aprova o ato que renova a

concessão da Rádio Comercial de Presidente Prudente

Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em

onda média na cidade de Presidente Prudente-SP; *PDL

nº 137/97, que aprova o ato que renova a concessão

outorgada à Rádio Cidade Jandaia do Sul Ltda., para

explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média

na cidade de Jandaia-PR; *PDL nº 139/97, que aprova

o ato que renova a concessão outorgada à Socieda-

de Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda., para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modula-

da na cidade de Itajaí-SC; *Parecer nº 315/98, que dis-

põe sobre a Mensagem nº 148/98, através da qual o

senhor Presidente da República submete à deliberação

do Senado Federal o nome do Doutor Carlos Alberto

Reis de Paula, juiz togado do Tribunal Regional do

Trabalho da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte-MG,

para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo

de ministro togado, na vaga decorrente da aposentado-

ria do ministro Orlando Teixeira da Costa e reservada

a juizes de carreira da magistratura trabalhista; e "Pa-

rececer nº 316/98, que dispõe sobre a Mensagem nº 156/

98, através da qual o senhor Presidente da República

submete à deliberação do Senado Federal o nome do

Doutor Gelson de Azevedo, juiz togado do Tribunal

Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto

Alegre-RS, para compor o Tribunal Superior do Traba-

lho, no cargo de ministro togado, na vaga decorrente

da aposentadoria do ministro Manoel Mendes de Freitas

e reservada a juizes de carreira da magistratura

trabalhista

Quinta-feira (18.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "Terceiro dia de discussão do primeiro turno das

PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições

Constitucionais Transitorias o artigo que regulariza

a situação funcional de servidores de empresas

públicas federais que há mais de dez anos prestam

serviços à administração direta

Sexta-feira (19.6.98)

9h - Sessão não deliberativa

Miranda: contratos são focos permanentes de suspeição



Compras externas, só com concorrências

As operações de crédito destinadas à compra de bens e serviços decorrentes de acordos internacionais somente serão autorizadas se as aquisições se derem através de concorrência pública internacional.

É o que prevê projeto de resolução aprovado ontem pelo plenário do Senado. Segundo o autor do projeto, senador Gilberto Miranda (PFL-AM), os contratos firmados no âmbito de acordos internacionais são focos de suspeição.

— Nem o poder público nem o Senado têm como auditar os superfaturamentos existentes, a falta de controle das similaridades com os produtos nacionais, o atraso tecnológico, e todos os outros itens evitados de distorções ou corrupções — explicou Gilberto Miranda.

Na mesma sessão, o Senado autorizou a União a contrair

empréstimo de US\$ 62,5 milhões junto ao Banco Mundial (Bird).

Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Fortalecimento da Escola (Fundescola). O programa quer aperfeiçoar o ensino fundamental mediante o fortalecimento de escolas e instituições responsáveis pelo ensino básico nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.

O plenário aprovou ainda redação final dos projetos de resolução que autorizam os estados de Mato Grosso e Santa Catarina a transferirem débitos junto a instituições financeiras para a Caixa Econômica Federal, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Altamiro Carrilho fala à Rádio Senado amanhã

O programa *Instrumental de Ouro*, da Rádio Senado, apresenta, neste fim de semana, uma entrevista com o músico Altamiro Carrilho, que é considerado o maior flautista da Música Popular Brasileira.

Quem assistir ao programa terá a oportunidade de conhecer a vida de Altamiro

desde a infância, quando tocava tarol na bandinha de sua cidade natal, até o momento atual, em que ele representa a música brasileira em vários países do mundo.

Entremeadas por canções interpretadas por Altamiro Carrilho, a entrevista vai ao ar amanhã, às 20 horas.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalma Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueias Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Email: jornal@senado.gov.br

Plenário aprova por unanimidade substitutivo do senador José Fogaça que prevê a possibilidade de abertura de processos contra deputados e senadores no Supremo Tribunal Federal, se licença não for votada em 120 dias

Senado limita imunidade parlamentar

O plenário do Senado aprovou ontem em primeiro turno, por 56 votos, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a nove propostas de emenda constitucional restringindo a imunidade parlamentar. Na sessão, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), houve unanimidade na aprovação do substitutivo, que permite abertura de processos no Supremo Tribunal Federal (STF) contra senadores e deputados, com a flexibilização da imunidade parlamentar.

A proposição aprovada pelo plenário mantém a imunidade de deputados e senadores por suas opiniões, palavras e votos. Atualmente, os parlamentares só podem ser processados pelo STF com a autorização do Senado ou da Câmara, e não há prazo estabelecido para que o Congresso dê tal autorização.

Pelo substitutivo de Fogaça, o pedido do STF para abrir processo contra parlamentares terá que ser votado em 120 dias pela Câmara ou pelo Senado. Caso não haja votação nesse prazo, o STF fica autorizado a iniciar o processo, à

idade". O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o projeto é "excelente", porque permite o julgamento das infrações cometidas por parlamentares.

A previsão do presidente do Senado é de que o substitutivo deverá ser discutido e votado, em segundo turno, nos dias 16, 17 e 18 próximos.

Conforme as novas regras para imunidade, não será mais necessário licença para que o STF abra processo contra parlamentar que tenha cometido crime antes de assumir o mandato. Assim, deputados e senadores eleitos, e ainda não empossados, serão tratados pela Justiça como cidadãos comuns. A Constituição de 1988 impede o andamento da ação se o acusado tiver assumido o mandato.

No caso de os parlamentares já terem tomado posse, só poderão ser presos em flagrante se cometerem crime inafiançável. O substitutivo também permite a abertura de inquérito contra deputados e senadores sem necessidade de licença da Câmara ou do Senado, devendo a autoridade competente tomar todas as medidas pertinentes perante o STF.

DESTAQUE

Depois da votação do texto do substitutivo, o presidente Antonio Carlos Magalhães submeteu à apreciação do plenário pedido de requerimento de destaque para votação em separado. O pedido de destaque, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) observou que a votação foi histórica. Gerson Camata (PMDB-ES) considera o substitutivo "um projeto radical, que tira privilégios e é inédito na história do Senado".

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou o substitutivo de Fogaça, lembrando que a imunidade pertence à instituição e não aos parlamentares. O senador disse também que o substitutivo "é um reclamo da nação" e, com ele, o instituto da imunidade "não vai mais vestir o manto da impunidade".

Essa supressão provocou muita polêmica no plenário, e os senadores se dividiram en-



O substitutivo do senador José Fogaça (no destaque) foi aprovado em primeiro turno por 56 votos

tre sua aceitação e a aprovação do texto integral do substitutivo. No final, o quorum necessário de três quintos para que fosse mantido o texto integral de Fogaça – no caso, 49

votos – não foi obtido.

Na votação do destaque supressivo, apenas 35 senadores votaram sim (em favor do texto integral do substitutivo), outros 25 votaram não (a favor

da emenda supressiva de Lúcio Alcântara) e houve uma abstenção. A votação garantiu, portanto, a supressão do parágrafo 10 do substitutivo de Fogaça.

Destaque de Alcântara gera polêmica entre os senadores

A discussão sobre o destaque supressivo, de autoria do senador Lúcio Alcântara, que manteve a imunidade parlamentar mesmo em casos de licença de deputados e senadores, provocou muita polêmica no plenário e dividiu a opinião dos senadores de vários partidos. A votação do destaque obteve 35 votos sim, 25 não e uma abstenção, garantindo a supressão do parágrafo 10 do substitutivo de José Fogaça, já que o quorum necessário para manter na íntegra o texto era de 49 senadores a favor.

Em nome da liderança do Bloco Oposição e do PT, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu para que os senadores votassem não, ou seja, a favor da emenda supressiva de Lúcio Alcântara. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) argumentou, em favor de Suplicy, que o parlamentar deve manter o direito à imunidade nos casos, por exemplo, em que se licenciar para tratamento de saúde. "Ele não deixa de ser parlamentar por estar doente, só não está no exercício do car-



Alcântara defende licenciados

go", observou.

Lúcio Alcântara defendeu sua emenda, alegando que se trata somente de conservar uma prerrogativa, pois os parlamentares licenciados, tanto por motivos de saúde como para exercer cargos no Executivo, continuam com a imunidade mas seguindo as limitações que agora estão impostas pelo substitutivo de José Fogaça. "Não estamos ampliando a imunidade, apenas mantendo, do jeito que está prevista no substitutivo", explicou.

Os senadores Gerson Cama-

ta (PMDB-ES), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Hugo Napoleão (PFL-PI), Roberto Requião e Romeu Tuma (PFL-SP) manifestaram-se contra o destaque para supressão do parágrafo 10 do substitutivo e pela aprovação integral do texto de Fogaça, que acaba com a garantia de imunidade nos casos de qualquer afastamento do exercício do mandato dos parlamentares.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Bello Parga (PFL-MA) acompanharam a oposição e votaram contra o texto integral do substitutivo, em favor da supressão do parágrafo 10.

Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a emenda supressiva de Lúcio Alcântara, sob a alegação de que, mesmo exercendo cargos de ministro, por exemplo, deputados e senadores continuam parlamentares. Depois de ouvir outros argumentos, Ramez Tebet mudou de opinião e passou a defender a aprovação integral do substitutivo.

Após a votação, o senador Antonio Carlos Magalhães disse que a Casa "está de parabéns"

revelia dos parlamentares.

PROJETO INÉDITO

— O Senado está de parabéns — disse Antonio Carlos Magalhães, após a votação da matéria. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) observou que a votação foi histórica. Gerson Camata (PMDB-ES) considera o substitutivo "um projeto radical, que tira privilégios e é inédito na história do Senado".

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou o substitutivo de Fogaça, lembrando que a imunidade pertence à instituição e não aos parlamentares. O senador disse também que o substitutivo "é um reclamo da nação" e, com ele, o instituto da imunidade "não vai mais vestir o manto da impunidade".

Em sessão solene, Antonio Carlos Magalhães ressalta importância da reforma e elogia trabalho realizado pelos parlamentares. "Dotamos a União, estados e municípios de um instrumento ágil e moderno", afirmou o senador

Congresso promulga reforma administrativa

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, assina a emenda constitucional e promulga a reforma, diante de diversos parlamentares e membros do governo



Em sessão solene do Congresso Nacional realizada ontem à tarde, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgaram a Emenda Constitucional nº 19 (da reforma administrativa), que altera várias normas que regem o serviço público e seus funcionários.

Entre outras coisas, a reforma permite a demissão de servidores estáveis por insuficiência de desempenho ou excesso de quadros, e cria um teto salarial no funcionalismo, equivalente ao salário de ministro do STF - R\$ 12.720,00.

Para o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, esse ato representa uma prova à nação de que Câmara e Senado nunca trabalharam e produziram tanto, nesses três anos e meio em que a emenda tramitou no Congresso. "Esse tipo de mudança demora muito tempo para ser aprovado em qualquer lugar do mundo. Aqui no Brasil nem demorou tanto assim", destacou.

O presidente do Senado agradeceu o empenho e dedicação dos muitos parlamenta-

res que prestigiaram o ato, bem como a presença dos ministros Eduardo Graeff (Secretaria-Geral da Presidência da República), Waldeck Ornelas (Previdência Social) e Cláudia Costin (interina do Ministério da Administração). "Com essa reforma dotamos a União, estados e municípios de um instrumento ágil e moderno para reformular a administração pública", afirmou.

Ao assinar a emenda constitucional, juntamente com o presidente da Câmara, Michel Temer, Antonio Carlos Magalhães enfatizou o trabalho árduo dos parlamentares para apreciar e votar a reforma administrativa, elogiando o patriotismo e a dedicação de todos. "que muito honram o Congresso".

Além dos exemplares da Câmara e do Senado, a emenda tem mais três originais, enviados à Presidência da República, Supremo Tribunal Federal e Arquivo Nacional. A emenda entra em vigor hoje, quando será publicada no *Diário Oficial da União*.

MUDANÇAS SEGUEM CRITÉRIOS RÍGIDOS

Lei máxima do país, a Constituição só pode ser modificada obedecendo-se a um ritual específico, com dois turnos de discussão e votação e quorum de três quintos dos parlamentares, na Câmara e no Senado. Essas cuidados foram tomados pela Assembléia Nacional Constituinte de 1988 para que o texto da Constituição obtivesse a perenidade necessária.

Enquanto para projetos de lei qualquer deputado ou senador, e até mesmo a população, têm a prerrogativa de apresentar a proposição, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) só pode ser apresentada pelo presidente da República, por um terço dos membros da Câmara ou do Senado e ainda por mais da metade das Assembleias Legislativas dos estados.

Nem todos os temas constitucionais, entretanto, são passíveis de emenda. Existem as chamadas "cláusulas pétreas", que não podem ser retiradas da Carta. Incluem-se aí os direitos e garantias individuais, a forma federativa de organização do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico e a separação entre os Três Poderes.

A Constituição não pode ser alterada quando uma das unidades da Federação estiver sob intervenção federal, ou se o país estiver em estado de defesa ou estado de sítio.

Ao todo, para ser aprovada, a PEC precisa passar por, no mínimo, sete votações, com a concordância de três quintos dos parlamentares. São três votações em comissões e quatro nos plenários da Câmara e do Senado.

Quando a PEC é apresentada pelo presidente da República, sua tramitação começa pela Câmara. Lá, é distribuída a uma comissão constituída especialmente para analisá-la, em 40 dias, quanto ao mérito. As proposições passam pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) e, se aprovadas em primeiro e segundo turno, com o voto favorável de pelo menos 308 deputados (são 513, ao todo), seguem para o Senado, que funciona como Casa revisora.

No Senado, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também analisa as matérias quanto à forma e ao mérito. As duas votações em plenário exigem 49 ou mais senadores concordando com o teor da emenda à Constituição.

ACM vê modernização do Estado brasileiro

Em entrevista à imprensa, após a sessão solene que promulgou a reforma administrativa, o presidente Antonio Carlos Magalhães destacou o papel de importância dessa mudança constitucional para o trabalho de modernização do Estado e da administração pública.

O senador disse não considerar necessário o retorno da emenda da Previdência ao Senado, após sua votação em segundo turno pela Câmara dos Deputados, apesar da queda do limite da idade mínima.

A respeito das declarações de dona Ruth Cardoso sobre a questão dos saques no Nordeste, publicadas pela imprensa ontem, Antonio Carlos explicou que não gostaria de fazer comentários em função de não conhecer as afirmações da primeira-dama em deta-

lhes. Ressaltou, contudo, como positiva a distinção feita pela esposa do presidente da República, entre saques políticos e aqueles motivados pela necessidade.

No encontro que teve com o presidente Fernando Henrique Cardoso, no Palácio da Alvorada, antes da sessão solene do Congresso, o senador disse ter conversado a respeito da promulgação da emenda da reforma administrativa. Ele justificou a promulgação ontem, apesar da agenda apertada, lembrando que protelar sua entrada em vigor seria um prejuízo para o país. A respeito da saída do PTB da aliança política que dá sustentação parlamentar ao governo, Antonio Carlos disse ter esperança de que "esse afastamento será temporário".

Lei complementar definirá normas para a dispensa de funcionários por insuficiência de desempenho ou por excesso de quadros

Servidor só será demitido depois de ampla defesa

A demissão de servidores públicos estáveis por insuficiência de desempenho, como prevê a reforma administrativa promulgada ontem, ainda depende de lei complementar para regulamentar o processo. Mas a própria emenda estabelece que o servidor terá ampla defesa. A nova legislação estabelece que os funcionários públicos, da União, dos estados e dos municípios, terão seu desempenho avaliado periodicamente.

Além da demissão por insuficiência de desempenho, poderá haver demissão de servidores para que os gastos com a folha de salários fiquem limitados a 60% da receita líquida. Mesmo assim, deve haver antes um corte de

20% nos cargos de chefias e a demissão dos servidores não-estáveis, ou seja, todos aqueles contratados sem concurso público depois de 5 de outubro de 1983.

Ao apresentar ao Congresso a reforma administrativa, o governo federal sustentou que ela é fundamental para o equilíbrio das contas públicas dos estados e municípios, por criar mecanismos que levem a uma redução de gastos (como as demissões). Ela teve uma polêmica tramitação na Câmara e no Senado, exigindo negociações do governo com partidos de sua sustentação política e com as oposições. Um dos pontos mais discutidos foi a fixação de um teto salarial para o funcionalismo, ficando

acertado que ninguém poderá receber mais que um ministro do STF - R\$ 12.720,00.

Pela reforma, só continuará com estabilidade empregatícia os servidores de carreiras típicas de Estado, como policiais, diplomatas e fiscais da Receita Federal e da Previdência Social. Exatamente 28 artigos da Constituição foram alterados com a reforma, a qual foi discutida e votada no Senado em menos de seis meses - um tempo reduzido, comparado com outras mudanças constitucionais. A reforma manteve a exigência de concurso público para quem quiser trabalhar em repartições federais, estaduais e municipais, exceto para os chamados cargos de confiança.

PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA

ESTABILIDADE

Acaba a estabilidade do servidor público federal, estadual e municipal, com a previsão de demissão por insuficiência de desempenho e por excesso de quadros (antes de demitir servidores estáveis para reduzir gastos, o governo terá de dispensar os funcionários não-estáveis e cortar 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança).

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Aumenta de 2 para 3 anos de efetivo exercício em cargo público o prazo de estágio probatório.

DISPONIBILIDADE

Funcionários públicos poderão ser colocados em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

REGIME JURÍDICO ÚNICO

União, estados e municípios não terão mais a obrigação de adotar o Regime Jurídico Único.

TETO DE REMUNERAÇÃO

Fica estabelecido que nenhum servidor público poderá ganhar mais que o valor da remuneração de um ministro do STF, nela incluídas as vantagens pessoais e computada a soma dos valores percebidos como remuneração/subsídio e provento de aposentadoria/pensão. Durante a votação da reforma, foi divulgado que um ministro do Supremo ganha R\$ 12.720,00.

SUBTETO

Aperfeiçoa o sistema de remuneração, proibindo-se que os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público sejam acumulados, exigindo-se lei específica para aprovação de qualquer aumento de remuneração nos três Poderes.

CONCURSO PÚBLICO

Mantido o concurso público como única forma de acesso a cargo público.

QUALIDADE

Coloca a "qualidade do serviço prestado" entre os princípios gerais da administração pública.

EX-TERRITÓRIOS

Regulariza, nos ex-territórios federais do Amapá e de Roraima, a situação dos servidores federais que, na data da promulgação da Constituição de 1988, trabalhavam para estatais e prefeituras conveniadas.

CARGOS EM COMISSÃO

Limita a criação de cargos em comissão apenas para as atribuições de chefia, direção e assessoramento. Também reserva funções de confiança para os ocupantes de cargo efetivo.



Somente nesta semana, o plenário aprovou 22 matérias

Senado já apreciou 210 matérias neste ano

A emenda constitucional definindo novas regras para a imunidade parlamentar, votada em primeiro turno ontem, é uma das 22 matérias aprovadas pelo Senado nesta semana (de 1º a 5 de junho). Com este resultado, sobe para 187 o número de matérias aprovadas pelo plenário em 1998, de um total de 210 apreciadas neste ano.

Também foram aprovados nesta semana o projeto que permite o pagamento trimestral da contribuição ao INSS pelos segurados com salário-base de até R\$ 206,37, e o que determina punição com multa de 1% do valor da causa, mais custas, a quem interpor recurso judicial com finalidade protelatória.

Em outra decisão, o plenário criou comissão especial de nove membros, encarregada de verificar, no prazo de 90 dias, a situação nas regiões do Nordeste e de Minas Gerais atingidas pela seca. A comissão acompanhará a ação desenvolvida pelo governo para apresentar conclusões à Casa.

Na quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em caráter termi-

nativo, dois projetos de lei. Um dos projetos determina a revisão anual das declarações de Imposto de Renda e dos sinais exteriores de riqueza dos detentores de mandato eletivo; o outro revoga a Lei de Imprensa - a Lei 5.250, de 1967.

Ainda em caráter terminativo, foi aprovado pela Comissão de Educação projeto da lei de biodiversidade, dispondo sobre o controle do acesso aos recursos genéticos do país.

Nesta semana foi aprovada ainda, na Comissão de Assuntos Econômicos, a contratação de empréstimo de US\$ 62,5 milhões para financiamento do Projeto de Fortalecimento da Escola (Fundescola), destinado ao ensino fundamental.

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foram aprovadas as indicações dos diplomatas Paulo Dyrceu Pinheiro e Sérgio Barcellos Telles, para exercerem os cargos de embaixadores do Brasil em Cingapura e no Líbano, respectivamente.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO

(de 1º a 5 de junho)

Projetos aprovados e enviados à sanção	6
Projetos aprovados e enviados à promulgação	15
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Total de matérias aprovadas	22

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO

(de 6 de janeiro a 5 de junho de 1998)

Projetos aprovados e enviados à sanção	33
Projetos aprovados e enviados à promulgação	106
Projetos aprovados e enviados à Câmara	18
Escolha de chefes de missões diplomáticas	15
Escolha de autoridades	10
Emendas constitucionais promulgadas	2
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	2
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Total de matérias aprovadas	187
Propostas enviadas ao Arquivo	23
Total de matérias apreciadas	210

Empresas terão 90 dias de prazo para se adaptar à nova legislação, que será regulamentada pelo governo por meio do Conselho Nacional de Seguros Privados

Sancionada a lei que regula os planos e seguros de saúde

Conforme publicado ontem no *Diário Oficial*, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei aprovada pelo Senado para regulamentar os planos e seguros privados de assistência à saúde no Brasil.

A lei entrará em vigor 90 dias após sua publicação, a fim de que as empresas que oferecem planos de saúde possam se adaptar às suas normas. Quanto aos contratos dos atuais usuários, só serão modificados se eles concordarem com as alterações.

A lei disciplina todas as ações

necessárias à prevenção da doença e da recuperação, manutenção e reabilitação da saúde. Pela lei sancionada, pessoas físicas e jurídicas residentes no exterior poderão participar do capital de empresas que operem planos de saúde no Brasil. Mas é vedada às pessoas físicas a operação desses planos. Ficou também decidido que caberá ao Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) regulamentar os planos privados de assistência à saúde.

Esse conselho será integrado pelos ministros da Fazenda, da

Saúde, da Justiça e da Previdência, pelo presidente do Banco Central e pelos superintendentes do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep). As operadoras de planos de saúde só poderão comercializar planos previamente protocolados na Susep.

A lei institui o plano ou seguro-referência de assistência à saúde, com cobertura compreendendo partos e tratamentos realizados exclusivamente no Brasil, com padrão de enfermagem ou centro de terapia intensiva, ou similar, quan-

do necessária a internação hospitalar, das doenças relacionadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde. Mas excetua dessa cobertura tratamento cirúrgico experimental ou estético, inseminação artificial, rejuvenescimento ou emagrecimento, fornecimento de medicamentos importados não nacionalizados, fornecimento de próteses, casos de cataclismos, procedimentos dentários e tratamentos ilícitos ou antiéticos.



Alves: "coerência e lisura"

José Alves defende Inocêncio de Oliveira

A estiagem no Nordeste reacendeu, segundo o senador José Alves (PFL-SE), as especulações sobre pessoas que poderiam ter-se beneficiado particularmente com os programas de combate à seca. Depois de discorrer sobre o problema, José Alves leu carta em que o deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) esclarece as condições em que poços artesanais foram perfurados em sua propriedade pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs).

— Inocêncio sempre demonstrou lisura e coerência em sua vida pública e, pelos cargos de liderança que já exerceu e vem exercendo no Congresso Nacional, merece a admiração e a confiança dos seus pares e a gratidão do povo do Nordeste — afirmou Alves, em desagravo a Inocêncio, criticado em matéria publicada pela revista *Veja*.

Na carta, Inocêncio afirma que o Dnocs cobrou pelo trabalho de perfuração dos poços da mesma maneira que fazem as companhias de água, luz ou telefone.

— A acusação feita ao deputado procura denegrir um nordestino, que é uma liderança nacional, e a nossa região tem a obrigação de defender e amparar os seus representantes, especialmente quando o Nordeste perdeu o deputado Luís Eduardo — discursou José Alves.

Os senadores Djalma Bessa (PFL-BA) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) uniram-se ao desagravo em solidariedade a Inocêncio. "Ele já foi julgado diversas vezes pelo povo de Pernambuco, que sempre lhe deu expressiva votação", disse Bessa. Para Quintanilha, a tentativa de difamar a imagem do deputado pernambucano não terá sucesso. "Ele merece o nosso respeito e respaldo", afirmou.

Suplicy reage às críticas e diz que o programa do PT está em elaboração

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem que "o programa de governo da candidatura Lula ainda está em fase de elaboração". Ele fez a afirmação ao se manifestar sobre a proposta, formulada pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM), de realizar um debate "franco, civilizado, aberto e transparente sobre os problemas da macroeconomia brasileira".

Suplicy concordou com as restrições feitas por Jefferson à proposta do economista Guido Mantega, integrante do núcleo que elabora o programa do PT, de acelerar as minidesvalorizações cambiais e a redução das taxas básicas de juros praticadas pelo Banco Central.

— O senador Jefferson Péres tem razão quando aponta uma inconsistência na proposta de Mantega. Só em circunstâncias



Suplicy: "deterioração econômica"

particulares, quando ocorre, por exemplo, uma diminuição dos juros no exterior ou das estimativas de risco cambial e soberano associado a aplicações no Brasil, é que se toma possível combinar minidesvalorizações aceleradas com queda dos juros básicos.

No entanto, Jefferson argumentou que "a coordenação da campanha de Lula poderá levar ao pânico a população brasileira

se não colocar com clareza seus propósitos", sobretudo na área econômica. Suplicy ressaltou que o economista do PT e assessor de Lula, ao fazer as propostas citadas por Jefferson Péres, "estava falando a título pessoal".

Suplicy entende que "os resultados das decisões e omissões da política macroeconômica brasileira, de 1994 para cá, provocaram a deterioração substancial da conta corrente do nosso balanço de pagamentos e das nossas contas públicas".

Suplicy assegurou que "não foram eventos internacionais e nem o resultado de heranças recebidas de períodos anteriores" que provocaram aqueles desarranjos na economia nacional. "Eles são produto da imprudência e da irresponsabilidade da política macroeconômica brasileira dos anos recentes", afirmou. Os senado-

res Lauro Campos (PT-DF) e Roberto Requião (PMDB-PR) apoiaram Suplicy e defenderam o nome de Lula para presidente da República como opção a FHC.

ELEIÇÕES

Referindo-se a declarações atribuídas pela imprensa ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de que "fora da reeleição de FHC seria o caos", Suplicy disse que "não fica bem para o presidente do Congresso Nacional ficar fazendo terrorismo eleitoral". O presidente do Senado observou que havia registrado as críticas que lhe foram dirigidas pelo orador, mas que a circunstância de estar presidindo a sessão o impedia de tocar no assunto naquele instante: "Minha resposta será dada no momento oportuno, como senador".

Dutra critica notícias sobre candidatura de Lula

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) responsabilizou membros do governo e pessoas ligadas ao presidente Fernando Henrique Cardoso por tentarem desestabilizar a candidatura de Lula da Silva (PT) à Presidência da República.

— É um profundo desrespeito à norma democrática o surgimento de notícias, com caráter quase de terrorismo, dando conta de que uma vitó-

ria do Lula vai provocar a fuga de capitais e que os agentes do mercado estão em polvorosa — opinou Dutra.

Ele citou como um dos exemplos da campanha contra Lula a fotomontagem do dirigente do Movimento dos Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, que tem ligações com o PT, publicada na capa da revista *Veja* desta semana. "Só faltou botar chifre, rabo e tridente", comentou.

Na opinião de Dutra, o PT e Lula podem ser a salvação para o empresariado nacional. "O governo FHC está promovendo uma quebraadeira nos grandes, médios e pequenos setores da indústria brasileira", argumentou. Ele acrescentou que alguns empresários importantes já disseram que uma possível vitória de Lula não significará a "hecatombe ou caos" que vêm sendo anunciados.



Dutra: "desrespeito à democracia"

Senadora aponta falta de transparência no Programa Nacional de Desestatização e teme que privatização da Telerj acarrete para a população mais problemas do que benefícios

Benedita vê tumulto na venda da Telebrás

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) manifestou ontem sua preocupação com a falta de transparência do Programa Nacional de Desestatização, destacando o processo de privatização do Sistema Telebrás, que classificou de tumultuado. A senadora lembrou as ações contra a privatização da Telerj, a falta de informações e os adiamentos que vêm ocorrendo.

Observando que o governo dificulta a divulgação de informações sobre a Telebrás à sociedade, Benedita



Benedita teme prejuízo público

lembrou que o acesso aos *data rooms* com os dados sobre a estatal só é permitido aos interessados em sua compra, a um custo que varia de R\$ 25 mil a R\$ 100 mil por con-

sulta. "O acesso às informações é privilégio de poucos, mas com certeza não será problema para os tubarões da telefonia mundial, como a Telefónica de Espanha, que está disposta a pagar R\$ 700 mil para ter acesso às misteriosas informações", afirmou.

Benedita chamou a atenção, ainda, para o processo de cisão do Sistema Telebrás em 12 *holdings*, que provocou 43 ações, entre elas uma que solicita o fechamento dos *data rooms* enquanto a medida não for concretizada. Para resolver o problema, observou a

senadora, o governo promoveu, às pressas, uma assembléia da empresa para deliberar sobre sua divisão.

O exemplo das privatizações da Light e da Cerj, no Rio de Janeiro, que, para Benedita da Silva, acarretaram prejuízos à população, traz dúvidas quanto à segurança na venda da Telerj, a empresa de telefonia do estado. Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que a venda das estatais só empobrece o país. "É tudo é feito às escondidas, por debaixo dos panos", criticou.



Parga emocionou-se em plenário

Parga registra morte de ex-ministro

O senador Bello Parga (PFL-MA) registrou o falecimento do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Alberto Madeira, ocorrido na madrugada de ontem, em São Paulo. Ele também apresentou requerimento de profundo pesar, aprovado em plenário por unanimidade.

Emocionado, Parga registrou que Carlos Madeira foi um dos maranhenses a conquistar maior projeção nas últimas décadas. "Foi meu segundo conterrâneo a ter assento no STF e um homem que dediquou sua vida ao estudo e à prática do Direito", testemunhou.

Nascido em 1920, em São Luís, Madeira militou, como advogado, no Rio de Janeiro, foro do antigo Distrito Federal. Foi indicado para o cargo de ministro do STF pelo então presidente José Sarney. Ele também integrava a Academia Maranhense de Letras.

Sucesso na apresentação do Coral do Senado

A apresentação do Coral do Senado na Sala Martins Penna do Teatro Nacional (foto), na última terça-feira, foi um sucesso. O público lotou o teatro e muitas pessoas voltaram sem conseguir assistir à apresentação. As músicas mais aplaudidas foram *In Virtute Tua* - do barroco polonês (primeira audição em Brasília), abrilhantada pela participação do quarteto de cordas Ragazzi - e

Cio da Terra, que contou com o violeiro Marcos Mesquita, com o sanfoneiro Nivaldo do Acordeon e com a participação do senador Eduardo Sutilicy.

O senador ficou muito emocionado ao cantar com o coral uma de suas músicas favoritas e, ao final do espetáculo, elogiou o grupo e a regente, Glicínia Mendes. Ele afirmou que "a política seria muito melhor se todos os senadores pu-



dessem ter a harmonia que os funcionários do Senado conseguem cantando no coral".

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, também ficou emocionado com a apresentação e com o cresci-

mento musical do grupo. Ele disse que o coral expressa uma das mais modernas teorias administrativas, de integração entre todos os funcionários, na busca de objetivos comuns.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o ministro do Meio Ambiente Gustavo Krause sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia
- 7h30 - "Jornal da Amazônia"
- 8h - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Josaphat Marinho (PFL-BA)
- 9h - Sessão plenária não deliberativa (vivo)
- 12h15 - Entrevista com ministro do Meio Ambiente Gustavo Krause sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia
- 13h15 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Josaphat Marinho (PFL-BA)
- 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 18h45 - Entrevista com o ministro do Meio Ambiente e da Ecologia
- 19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Josaphat Marinho (PFL-BA)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - "Fala, Cidadão"

22h - "Jornal do Senado"

0h - "Fala, Cidadão"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais e especiais.

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 8h45 - "Plenário em Revista"
- 9h - Sessão plenária
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 15h - Retransmissão da sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h40 - Música e informação

SÁBADO

- 10h30 - "Autores e Livros" - o entrevistado desta semana é Luís Shwarcz, editor da Cia. das Letras
- 11h - "A Música Erudita e seus Mestres" - será apresentada a obra "Quadros de uma Exposição", de Musorgski - orquestrada por Maurice Ravel e tocada pela Orquestra Sinfônica de Praga

16h - "A Música do Brasil" - o programa homenageia aniversariantes ilustres do mês de junho, como Ivon Cury, Chico Buarque e João Gilberto

- 19h - Resenha da semana (plenário)
- 20h - "Instrumental de Ouro" - o artista do mês é Altamiro Carrilho, considerado o maior flautista da MPB
- 21h - Resenha da semana (comissões/presidência)
- 22h - "Brahms - Vida e Obra" - estréia neste sábado uma série com 34 programas sobre um dos maiores compositores do século passado

DOMINGO

- 11h - "A Música Erudita e seus Mestres" (reprise)
- 17h - "Brahms - Vida e Obra" (reprise)
- 19h - Resenha da semana (plenário)
- 19h30 - "Autores e Livros" (reprise)
- 21h - Resenha da semana (plenário)
- 22h - "A Música do Brasil" (reprise)

O Consórcio de Águas Emendadas, apoiado pelo governo do Distrito Federal, é apontado pelo senador como uma tentativa de esvaziar a lei que criou a região metropolitana de Brasília

Saad critica projeto para Entorno

O Consórcio de Águas Emendadas, um programa para o desenvolvimento do Entorno de Brasília que pretende atingir 100 municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais, foi criticado ontem pelo senador José Saad (PMDB-GO), ao protestar contra "mais uma tentativa de se esvaziar a recém-sancionada lei que criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride)".

Saad lembrou que já se manifestara contrariamente às emendas substitutivas dos senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e Júnia Marise (PDT-MG), que incluem na



Saad acha idéia "estapafúrdia"

área original da Ride outros 20 municípios mineiros. Saad afirmou que a inclusão de tantos municípios distantes acabaria por inviabilizar de vez a Ride.

O novo consórcio, de acordo com o senador, atinge 160 mil quilômetros quadrados. Seu

prazo de implantação é de 20 anos, apesar dos prementes pleitos da região, e é administrado pela Subsecretaria para Desenvolvimento do Entorno (Suade) e pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), dois órgãos do governo do Distrito Federal, embora o governador, Cristovam Buarque, tenha participado da solenidade de sanção da lei que criou a Ride.

O consórcio quer organizar os municípios por bacias hídricas, idéia que, para Saad, é "estapafúrdia e até pueril". Segundo o senador, esta proposta somente funciona para a preservação de ecossiste-

mas, e não para o desenvolvimento econômico e social.

— Temos de combater este verdadeiro vício nacional que é ficar elaborando projetos e mais projetos, programas em cima de programas que já existem, enquanto se deixa o povo esperando pela execução do que foi elaborado e decidido — afirmou Saad.

O senador lembrou que a criação da Ride foi apenas o passo inicial, já que, para sua implantação, ainda faltam o decreto de regulamentação da lei, a definição das fontes de recursos e a estrutura administrativa para comandar a ação nos 21 municípios que compõem a região.

Crescimento de violência preocupa Mauro Miranda

O crescimento da violência na região do Entorno do Distrito Federal tem preocupado o senador Mauro Miranda (PMDB-GO). "Essa realidade de nos deixa a todos perplexos", afirmou o senador, ao lembrar que a criminalidade cresce sem que a estrutura preventiva e repressiva da polícia consiga inverter os índices alarmantes. Além disso, avaliou o senador, "os problemas sociais e suas repercussões de violência nas proximidades da capital da República

dizem respeito ao Brasil e à nossa imagem no exterior".

Para Mauro Miranda, a violência tem causas diversas, mas a maior delas é o desemprego, cujos índices são agravados pela migração. "Águas Lindas, Planaltina de Goiás, Formosa e Valparaíso, para citar apenas algumas de nossas cidades mais pressionadas, recebem fluxos diários de migrantes que multiplicam as pressões sobre os serviços sociais, que se tornaram ineficientes porque faltam recursos federais", explicou o senador.

Para aumentar a oferta de empregos, o senador cobrou medidas como o funcionamento do Conselho de Administração do Distrito Federal e Entorno, que foi criado por lei complementar em janeiro, o envolvimento dos órgãos oficiais de financiamento a micro e pequenas indústrias e a criação de políticas consistentes de desenvolvimento econômico. O senador também defendeu a mobilização das forças políticas e da sociedade, além da organização de campanhas educativas, como forma de agilizar as



Mauro disse estar "perplexo"

providências de caráter administrativo ou político.



ACM recebe líder do PC da Rússia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa, Guennadi Ziugánov (foto), que está em visita ao país para contatos com parlamentares brasileiros.

O líder do PC russo destacou no encontro que tinha um grande interesse em conhecer o país e ficou impressionado com as dimensões do território brasileiro. Antonio Carlos comentou o interesse do país em manter relações crescentes com a Rússia, e destacou o fato de que no Brasil as diversas correntes ideológicas convivem democraticamente no Congresso, como agora também ocorre no Parlamento russo.



Odacir elogia descentralização

Malária tem menos casos, celebra Odacir

Rondônia teve, em 1997, uma significativa redução no número de casos de malária, anunciou o senador Odacir Soares (PTB-RO). Segundo ele, a melhoria da situação no estado se deve ao trabalho da Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde, sob o comando do médico Josafá Piatyhu Marreio, e à descentralização do Programa de Malária, que permitiu a participação da rede de saúde nas principais ações de controle da malária em Rondônia.

Odacir destacou também as ações de saneamento ambiental e a montagem de um sistema informatizado para levantamento de dados estatísticos, que permitiu aos gerentes locais do Programa de Malária a tomada de decisões mais rápidas e eficientes. "De todos os fatores responsáveis pela melhoria das condições de saúde em Rondônia, o mais importante é, sem dúvida, o empenho dos servidores que trabalham nos programas de combate à malária, pois têm conseguido, com recursos escassos, reduzir significativamente a mortalidade decorrente da malária em todo o estado."

O senador solicitou ao ministro da Saúde mais recursos para o financiamento do Programa de Controle da Malária e firme apoio governamental contra "essa perigosa doença que pode ser vencida com apenas US\$ 60 por pessoa doente, o que é muito pouco em se tratando de vidas humanas".